



A reunificação da Alemanha e a história global da Guerra Fria, 1989-1990: análise de evidência coletada em arquivo brasileiro¹

*The German reunification and the global history of the Cold War, 1989-1990:
analysis of evidence collected in a Brazilian archive*

Carlos Federico Domínguez Avila

72

Doutor em História – na linha de História das Relações Internacionais – pela Universidade de Brasília. Pós-doutorado em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria-UniAlfa. Pesquisador colaborador da Universidade de Brasília. E-mail: carlos.dominguez.avila@gmail.com

¹ Recebido para Publicação 05/11/2024. Aprovado para Publicação em 15/01/2025.

DOI <https://doi.org/10.5281/zenodo.15084647>





Resumo

O artigo explora o processo de reunificação da Alemanha, especialmente entre 1989 e 1990. O manuscrito é resultado de pesquisa com fontes diplomáticas brasileiras consultadas no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, sediado em Brasília. O principal argumento sugere que a pacífica unificação dos dois Estados alemães foi bem-sucedida em termos institucionais, administrativos e políticos. Contudo, ainda persistem alguns desafios de ordem social, cultural, psicológica e de desenvolvimento regional. O texto é uma contribuição à história global da Guerra Fria.

Palavras-chave: Alemanha, Reunificação, Europa Central, Política Internacional, História das Relações Internacionais.

Abstract

Abstract: The article explores Germany's reunification process, especially between 1989 and 1990. The manuscript is the result of research with Brazilian diplomatic sources consulted at the Diplomatic Archive of the Ministry of Foreign Affairs, based in Brasília. The main argument suggests that the peaceful unification of the two German states was successful in institutional, administrative, and political terms. However, some social, cultural, psychological, and regional development challenges persist. The paper is a contribution to the global history of the Cold War.

Keywords: Germany, Reunification, Central Europe, International Politics, History of International Relations.





Introdução

Em 9 de novembro de 2019, o presidente alemão Frank-Walter Steinmeier discursou no marco das comemorações do trigésimo aniversário da queda do muro de Berlim. Na solenidade, Steinmeier (2019) ponderou, entre outras questões, que “O Muro não caiu simplesmente por si só. Revolucionários pacíficos o destruíram. Vocês, cidadãos corajosos da [República Democrática Alemã], escreveram história: história democrática, história mundial.” Também, que “Nas últimas semanas, temos debatido e arguido sobre a reunificação alemã e suas consequências com mais intensidade do que há muito tempo.” “No entanto, hoje não é apenas sobre as imagens antigas [que podemos falar]. Não se trata apenas dos momentos decisivos da época. Antes, sentimos que é sobre nós, aqui e agora. É sobre a coesão social em nosso país [que devemos refletir]”, concluiu o presidente alemão. A preocupação de Steinmeier sobre a coesão social na Alemanha, trinta anos após a queda do muro de Berlim, refletia uma das consequências do processo de reunificação do país, e indiretamente fez uma aproximação sobre o problema-objeto deste artigo (LÖBEL; JACOBSEN, 2021).

74

Com efeito, a reunificação da Alemanha é um dos acontecimentos mais importantes desde o fim da Guerra Fria. A própria queda do muro de Berlim foi um dos símbolos dessa mudança de época na política, na economia e nas relações internacionais (GADDIS, 2005; DOMÍNGUEZ, 2010). Observe-se que as implicações desse paradigmático e transcendental acontecimento também se manifestaram no impulso à integração europeia, ao diálogo e à cooperação Leste-Oeste – desarmamento, paz e segurança –, na “terceira onda” de democratização, no multilateralismo da década de 1990 e, em termos locais, também na reunificação da cidade de Berlim. Atualmente, a Alemanha é um povo e Estado reunificado e soberano no sentido constitucional, político-administrativo e macroeconômico.

Entretanto, sob uma perspectiva institucionalista e histórica, a Alemanha unificada que hoje pode ser observada não era, necessariamente, a única alternativa possível de vir a acontecer. Mesmo os “pacíficos revolucionários” da então República Democrática Alemã – doravante RDA – que derrubaram o muro de Berlim, na histórica noite de 9 a 10 de novembro de 1989, careciam de uma plena certeza a respeito de uma pronta e completa reunificação – ou melhor, da adesão de seu país à República Federal da Alemanha. A





documentação consultada sugere que a maioria da cidadania, bem como a grupo reformista ou gorbacheviano do governo germano-oriental, concordavam na necessidade de avançar na democratização política, na reestruturação econômica e na coesão social daquele país. Ainda que mantendo, de alguma forma, a independência, a soberania e a governabilidade político-social do Estado (HERTLE, 2001). Nesse diapasão, em 27 de novembro de 1989, isto é, três semanas depois da queda do muro, o embaixador brasileiro em Berlim Leste, senhor Fernando Ferreira de Carvalho, informou ao Ministério das Relações Exteriores, por exemplo, o seguinte:

A RDA corre contra o tempo. O desafio com que se defronta são muitos, as pressões são internas e externas, políticas e econômicas, tudo interligado, numa relação íntima de causa e efeito. Para ganhar os espaços políticos necessários, no curto período existente, a solução é negociar, internamente, com vistas a recuperar a confiança das forças oposicionistas, do povo, em geral, procurando encaminhar o processo democrático, já irreversível, de modo a resguardar a estabilidade do governo e tanto quanto possível a hegemonia do SED e, também, aceitando as reformas econômicas avançadas, através de mecanismos mais conforme aos princípios socialistas-marxistas. Externamente, recomposta a credibilidade, negociar com os países vizinhos ocidentais, com o fim de obter o máximo de recursos, em troca do mínimo de concessões.

[...] Para a consecução daqueles objetivos, na área interna, no campo político, [Egon] Krenz e [Hans] Modrow, travestidos de [Mikhail] Gorbachëv, buscam o contato com as bases, visitam fábricas, fazendo contatos com os operários – que já reclamam o direito de se associar livremente, em sindicatos independentes – prometendo melhorias salariais e oferecendo-lhes melhores condições, com vistas a desestimular a emigração e melhorar a produtividade e qualidade das indústrias. Num plano mais alto, convidam os partidos políticos e as diversas facções ainda não reconhecidas oficialmente para uma mesa redonda, sem agenda, com diálogo franco, aberto à discussão dos temas mais conflitantes, como a igualdade dos partidos e a realização de eleições, que, se diz, poderiam acontecer já no outono próximo².

Nem mesmo após a apresentação no parlamento da República Federal da Alemanha – doravante RFA – de um Programa de Dez Pontos para a Unidade da Alemanha, sugerido pelo chanceler Helmut Kohl, em 28

² Fernando Carvalho ao Ministério das Relações Exteriores – doravante MRE –, Telegrama 256 (Confidencial), Berlim Leste, 27 nov. 1989, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores – doravante AMRE.





de novembro de 1989, que basicamente propunha uma convergência entre os dois Estados alemães com vistas a uma futura federação inter-germânica – isto é, uma “comunidade contratual” susceptível de evoluir para uma confederação e uma ulterior reunificação –, uma reunificação dos dois Estados alemães poderia ser considerada como efetivamente iminente ou incontornável. A bem da verdade, o plano de Kohl, mesmo convergente com a integração europeia e com a recomposição das relações Leste-Oeste, não parecia inicialmente capaz de sensibilizar aos governantes de Berlim Leste, de Moscou, de Londres, de Paris e outras capitais (HALLIDAY, 1990).

De fato, a reação oficial do governo de Berlim Leste ao programa dos dez pontos de Kohl foi ambígua. Segundo a embaixada brasileira, “o governo alemão oriental mostra-se disposto a discutir, em parte os conceitos do governo da RFA, mas rejeitou as propostas no sentido de se formar uma confederação de dois Estados com vistas a sua futura reunificação.” Na opinião do diplomata brasileiro, “a RDA não quer abrir mão de dois preceitos básicos: socialismo e independência.” “No entanto, no última dia 27 [de novembro], o tema da reunificação figurou pela primeira vez nas manifestações que se realizaram em frente à igreja de São Nicolaus, em Leipzig, e em outras cidades do país”, acrescentou Carvalho.³

76

Agora sabemos que, nos dias subsequentes, a hegemonia do Partido Socialista Unificado da Alemanha-SED se derreteu. O Egon Krenz pediu demissão do cargo de chefe de Estado, sendo substituído provisoriamente pelo reformista Hans Modrow. O próprio SED mudou de nome, sendo rebatizado como Partido do Socialismo Democrático-PSD. Sua agenda passou a reivindicar a realização de profundas reformas políticas (democratização), econômicas (economia socialista de mercado) e sociais (redefinição dos direitos civis, políticos e sociais). Simultaneamente, no marco do processo de cooperação emanado da Declaração de Helsinki, e levando em consideração as graves dificuldades em seu próprio país, os soviéticos pareciam dispostos a abandonar a assim chamada doutrina Brejnev, e a aceitar uma “finlandização” ou neutralização permanente de seu aliado germano-oriental (ADOMEIT, 1990).

Em qualquer hipótese, a RDA, como ponderou o embaixador de Carvalho na citação acima, precisava de tempo, apoio popular, recursos financeiros e conhecimento para formular e implementar rapidamente reformas estruturais dentro do sistema comunista. Agora sabemos que o governo provisório de Modrow

³ Fernando de Carvalho ao MRE, Telegrama 257 (Confidencial), Berlim Leste, 29 nov. 1989, AMRE.





não conseguiu avançar na sua agenda reformista pelo rapidíssimo esgotamento de todos aqueles recursos humanos, financeiros e materiais. A paciência, a tolerância e a lealdade da sociedade germano-oriental com relação ao seu governo e ao próprio Estado secou-se aceleradamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 1990, tanto pelo agravamento da situação econômica – agudizada pela persistente e massiva migração de trabalhadores para o oeste da Alemanha –, quanto pela ausência de apoio econômico-financeiro efetivo dos soviéticos, e principalmente pela promessa e ilusão de um rápido aprimoramento das condições de vida segundo o modelo germano-ocidental (EMMLER; FITZENBERGER, 2021). Outrossim, gigantescas manifestações populares passaram a reivindicar a reunificação alemã. Nessas circunstâncias, as cruciais eleições legislativas germano-orientais programadas para o dia 18 de março de 1990 acabaram se erigindo no acontecimento político-social que convalidou a força e a transcendência da tese da reunificação, sob a perspectiva de uma rápida adesão da RDA à RFA (HAMILTON, 1992).

Sob a perspectiva teórico-metodológica e empírica própria dos estudos em história global da guerra Fria, neste artigo examina-se o processo de reunificação alemão a partir de uma pesquisa com documentação primária consultada no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores no Brasil – doravante AMRE. Considerada como evidência primária, foram coletados dados da documentação diplomática procedente da embaixada em Berlim Leste, do consulado em Berlim Oeste e de representações brasileiras em outros países com vínculos e interesses no problema-objeto. De partida, observou-se que a documentação diplomática em referência atende aos critérios de crítica interna (autenticidade, confiabilidade, validade e legitimidade da documentação) e de crítica externa (originalidade, aderência e convergência da documentação com a temática da pesquisa).

Trata-se, assim, de documentação válida, confiável e de natureza burocrática – isto é, originalmente endereçada às autoridades políticas e diplomáticas superiores, em Brasília.⁴ Todavia, percebe-se na documentação consultada uma postura relativamente favorável dos diplomatas brasileiros para com o processo de reunificação da Alemanha, especialmente ao longo do ano de 1990. Cumpre acrescentar que o artigo não faz referências às relações brasileiro-germânicas. Acontece que o foco da pesquisa é a

⁴ A reunificação da Alemanha coincidiu com o fim do governo de José Sarney, com a sucessão presidencial (março de 1990), e com o início da administração de Fernando Collor de Mello.





reunificação alemã no marco da história global da Guerra Fria. Nesse contexto, a documentação diplomática brasileira é utilizada como fonte para o estudo de um processo político-social e econômico interno de um outro Estado. Com relação ao estilo de redação, o presente artigo adota a lógica de um ensaio acadêmico. E no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos, o manuscrito é fortemente embasado nos estudos e pesquisas em história das relações internacionais.

A pergunta-orientadora deste manuscrito é a seguinte: quais as principais percepções e interpretações de diplomatas brasileiros acreditados em Berlim Leste e alhures acerca do processo de reunificação da Alemanha, especialmente ao longo do ano de 1990? A pesquisa ora em desenvolvimento pressupõe que os referidos diplomatas poderiam, sim, serem considerados como observadores ou testemunhas diretas, qualificadas e razoáveis diante de um acontecimento ainda em desenvolvimento. Outrossim, em seus frequentes, ponderados, francos e equilibrados relatórios e informações aos superiores hierárquicos na sede do Ministério das Relações Exteriores, aqueles diplomatas demonstraram profissionalismo e uma lógica burocrático-institucional. Salvo melhor juízo, essas peculiaridades outorgariam, ao menos provisoriamente, um mínimo de confiabilidade, validade e veracidade ao argumento a ser desenvolvido neste artigo. Em outras palavras, acredita-se que esses recentemente desclassificados e pouco conhecidos relatórios e outras informações de testemunhas diretas do processo de reunificação da Alemanha justificariam avançar em uma avaliação acadêmica do problema-objeto.

78

Para além desta introdução, a estrutura interna do manuscrito inclui quatro partes, as considerações finais e as referências. Na primeira parte é auscultada a dimensão econômica da reunificação alemã, especialmente no tocante ao ajuste estrutural do sistema produtivo na antiga RDA, que resultou na passagem de uma economia com planificação centralizada para uma economia de mercado. Na segunda parte delibera-se sobre aspectos políticos domésticos e internacionais do processo de reunificação, inclusive certos desdobramentos interalemães, europeus e globais. Na terceira parte analisa-se especificamente a reunificação na cidade de Berlim, verdadeiro símbolo de toda a época da história global da Guerra Fria e cenário privilegiado do problema-objeto. E a quarta parte aborda questões psicossociais decorrentes desse processo. *Pars pro toto*, parece pertinente acrescentar que, por razões de espaço, o texto foca sua atenção exclusivamente no decorrer do ano de 1990. Destarte, não é possível examinar detalhadamente nem os antecedentes e nem os acontecimentos subsequentes da reunificação alemã, especialmente após as





eleições federais unificadas de dezembro de 1990, que resultaram num novo período de governo do primeiro-ministro Helmut Kohl.

Vicissitudes econômicas no processo de reunificação alemã

Em 18 de maio de 1990, representantes dos governos das duas Alemanhas assinaram um Tratado de unificação econômica, monetária e social. Vigente a partir do dia 1º de julho do mesmo ano, o documento em referência orientou o complexo e difícil processo de reunificação – ou melhor, de adesão da República Democrática Alemã à RFA. Com efeito, após a eleição de Lothar de Maizière como premier germano-oriental – em 18 de março de 1990 –, as partes decidiram avançar o mais rápido possível para a reunificação econômica e política. Essa unificação econômica implicava principalmente a substituição da economia com planificação centralizada em favor de uma economia de mercado. Em outras palavras, a reunificação econômica implicava necessariamente um massivo ajuste estrutural do sistema econômico vigente na RDA, nas quatro décadas anteriores. Em compensação, significativas transferências de recursos financeiros, econômicos e materiais seriam realizados para o leste da Alemanha. O objetivo maior do ajuste estrutural pretendia impulsionar a criação de uma economia regional autossustentada, dinâmica, tecnologicamente sofisticada, eficiente e susceptível a viabilizar uma gradual convergência com o nível de vida, de renda e de desenvolvimento observado no oeste da Alemanha (SCHMALZ; SINGE; HASENOHR, 2021; WALKER, 1992).

79

Evidentemente, o desafio econômico da reunificação era muito complexo e consumiu muitas energias da nação. Esse processo de reunificação econômica foi acompanhado pelos diplomatas brasileiros acreditados nas embaixadas e consulados naquele país. Assim, em maio de 1991, isto é, quase um ano após a unificação econômica, o consulado brasileiro em Berlim encaminhou um relatório sobre a conjuntura econômica no leste da Alemanha particularmente relevante para os fins deste ensaio. Segundo esse documento,

A conjuntura econômica no Leste Alemão continua a apresentar sinais de contração da atividade, como consequência da profunda reestruturação, em curto espaço de tempo, a que a economia local está sendo obrigada. Apesar do agravamento da crise





sócio-econômica nesta região, o governo tem prosseguido na terapia liberal de choque, expondo o sistema produtivo oriental às exigências de uma competição para a qual não está preparado. Diante das críticas, insiste que já haveria os primeiros indícios de que o quadro de declínio chegaria a seu ponto mais agudo no final deste ano, seguindo-se gradual retomada do ritmo de atividade econômica.

[...] Importante barômetro para avaliação da estratégia oficial são os resultados colhidos pela política do Treuhandanstalt de privatização de empresas e de atração de novos investimentos. Vem crescendo o número de empresas já em mãos particulares, atualmente na faixa de 1.660 (de um total de 9.000), cuja venda arrecadou DM 8,7 bilhões. Em contrapartida, o Treuhandanstalt deverá desembolsar este ano DM 12 bilhões para saldar antigas dívidas das empresas que encampou. A política dessa entidade vem sendo criticada, no entanto, sob vários aspectos. Do ponto-de-vista de política sócio-econômica, a oposição parlamentar e sindicatos de classe cobram-lhe maior empenho em preservar, sempre que possível, postos de trabalho, embora seja sabido que grande parte das empresas encampadas não apresentam nenhuma perspectiva de se tornarem rentáveis, mesmo quando reestruturadas. Com relação aos critérios que vêm sendo adotados na transferência do controle do parque produtivo da ex-RDA para a iniciativa privada, a Treuhandanstalt tem sido acusada de favorecer, por razões políticas, alguns grandes grupos econômicos ocidentais no processo de partilha dos grandes conglomerados socialistas que pertenciam ao SPD antes da Guerra, nenhum dos quais voltou às mãos do partido. Segundo o partido oposicionista, o governo teria propositadamente desrespeitado seu próprio princípio, contido no Tratado de Unificação, que privilegia o retorno das propriedades nacionalizadas a seus antigos donos e não sua simples indenização. A questão é tanto mais polêmica porquanto os jornais foram vendidos, em grande parte, a grupos ligados à CDU. De sua parte, o Treuhandastalt lembra que





o SPD não conseguiu comprovar ser legalmente proprietário daqueles mesmos jornais há 50 anos⁵.

O documento em apreço também comenta as oscilações macro e microeconômicas experimentadas pelo leste da Alemanha nessa fase inicial da reunificação. O cônsul brasileiro em Berlim, senhor Álvaro Gurgel de Alencar, deu destaque em seu ofício para a inflação, o desemprego, as decisões da Corte Suprema do país orientadas a oferecer segurança jurídica, os esforços para incentivar o investimento estrangeiro direto, as massivas transferências de recursos financeiros para a região, a eliminação de subsídios para produtos e serviços básicos, o estímulo para alguns setores competitivos – por exemplo, a construção civil, a indústria alimentícia, o setor hoteleiro, a indústria naval, a indústria óptica e a indústria química –, a reativação dos fluxos comerciais dessa região com a União Soviética, com leste europeu e com certos mercados afro-asiáticos e latino-americanos, as oportunidades econômicas para os exportadores brasileiros e, em geral, o impacto do ajuste estrutural.

81

Com efeito, o custo econômico-financeiro da reunificação alemã foi sumamente elevado. Estimativas recentes sugerem que, entre 1990 e 2010, até dois trilhões de Euros teriam sido investidos neste processo. Mais de 60% desses recursos foram alocados em serviços sociais – especialmente em aposentadorias e pensões. Outra porcentagem significativa foi utilizada para financiar infraestrutura econômica – transportes, comunicações –, bem como na transferência da sede do governo de Bonn para Berlim. Gastos conexos ou convergentes ao processo reunificação também incluíram a autorização de um câmbio subsidiado da moeda e de uma bonificação de boas-vindas à RFA para os cidadãos da ex-RDA, a reorganização do sistema administrativo e burocrático, o financiamento da retirada soviética do leste da Alemanha, programas de acolhimento de refugiados, recém chegados e deslocados, a descontaminação de consideráveis regiões da antiga RDA, o pagamento de indenizações de antigas propriedades confiscadas durante os governos nazista e comunista, a concessão de programas de treinamento e capacitação profissional, entre outros. Cumpre destacar que muitos desses programas tinham a finalidade de reduzir o desemprego e manter a população

⁵ Álvaro Gurgel de Alencar ao MRE, Ofício 86, Berlim, 29 mai. 1991, AMRE. Sobre a questão das propriedades e indenizações, conferir: Soo-Hyun (2023).





no território – isto é, evitar a massiva migração de cidadãos da antiga RDA para o oeste da Alemanha (KIM, 2021; ARNOLD, 1991).

Como relatado na citação acima, o duro ajuste estrutural tinha o propósito de transformar o sistema produtivo de planejamento centralizado em uma economia de livre mercado, ou em uma economia social de mercado. No meio desse processo de ajuste estrutural – ou “terapia liberal de choque” nos dizeres do cônsul brasileiro – apareceu, sob a tutela do Ministério das Finanças germano-ocidental, o polêmico agir da agência fiduciária *Treuhandanstalt*, considerado como o braço executor da política econômica e do ajuste estrutural da economia germano-oriental. A agência fiduciária *Treuhandanstalt* foi criada ainda durante o efêmero governo de Hans Modrow, com o propósito de contabilizar, administrar e reorganizar o patrimônio nacional da RDA. A ideia inicial incluía redistribuir a riqueza nacional da RDA aos cidadãos e trabalhadores germano-orientais em forma de ações das empresas públicas, em um virtual exercício de capitalismo de Estado e de economia popular com empresas e cooperativas autogestionárias.

82

Contudo, após a unificação econômica em 1º de julho de 1990, a agência fiduciária *Treuhandanstalt* passou a comandar e dirigir o ajuste estrutural da economia da ex-RDA. Ela atingiu inclusive a administração e a definição do destino das aproximadamente 9.000 empresas públicas que existiam no país – e que empregavam mais de 4 milhões de trabalhadores urbanos e rurais. Entre 1990 e 1994, a referida agência foi encabeçada por Detlev Karsten Rohwedder e Birgit Breuel (BEETZ; TSCHURTSCHENTHALER, 2020). No período em questão, ela acabou impondo um draconiano processo de ajuste estrutural que resultou na privatização da maioria das empresas, no saneamento e reestruturação de alguns núcleos ou polos industriais avançados – especialmente das indústrias ótica, químico-farmacêutica, mecânica, elétrico-eletrônica, e de defesa ou material de emprego militar –, e no fechamento de outro tanto de empreendimentos sob alegação de baixa produtividade ou incapacidade de concorrência numa economia de livre mercado (KUBE, 2021). Cumpre acrescentar que a agência fiduciária também tinha responsabilidades na atração de investimento estrangeiro direto, na concessão de subsídios estatais, e na prospecção de mercados externos para os bens e serviços fabricados no leste da Alemanha, especialmente em relação a mercados consolidados pelos exportadores germano-orientais desde antes da queda do muro de Berlim (BÖICK, 2018).





As consequências econômicas das determinações da *Treuhandanstalt* ainda são objeto de debate na Alemanha. De um lado, o ajuste estrutural – ou a “terapia liberal de choque” – favoreceu a reorganização econômica sob a perspectiva de uma economia social de mercado. Alguns núcleos ou polos industriais da ex-RDA conseguiram se manter e prosperar, principalmente os localizados na Saxônia, Turíngia e Berlim. Todavia, para os consumidores, o acesso a bens e serviços ocidentais – especialmente de eletrodomésticos⁶ – foi muito intensa. Paradoxalmente, o comportamento e a preferência dos consumidores germano-orientais pelos bens e serviços ocidentais acabou agravando a crise da indústria local. Gradualmente a renda per-capita do leste da Alemanha se aproximou à renda per-capita geral do país. Outrossim, atualmente a renda per-capita da população do leste da Alemanha é superior à observada em países vizinhos do centro e do leste europeu, contudo persistem algumas brechas salariais entre trabalhadores das diferentes regiões daquele país centro-europeu (KELLERMANN, 2024).

Agora sabemos que a rígida política econômica encampada pela agência fiduciária *Treuhandanstalt* teve um dramático impacto social e psicológico na população atingida, principalmente em termos de desemprego, salários, custo de serviços públicos (inflação), alienação, mentalidade e identidade regional (HAHM ET AL., 2024a; KHACHATRYAN ET AL., 2024). Sob a perspectiva da psicologia social do trabalho e do cotidiano, as draconianas políticas de ajuste estrutural deixaram a percepção em não poucos cidadãos germano-orientais de terem sido simplesmente colonizados pelos alemães do oeste (DICKY; WIDMAIER, 2021; DETZEN; EVANS; HOFFMANN, 2023). O assunto é particularmente delicado ao levar em consideração que, pouco antes da queda do muro de Berlim, a RDA era reconhecida como uma das dez economias mais industrializadas do mundo. E mesmo com uma taxa de produtividade inferior à observada na RFA, tratava-se de uma das principais economias do campo socialista (MCADAMS, 1988). Nesse contexto, em 27 de novembro de 1989 – isto é, menos de três semanas após a queda do muro –, o embaixador brasileiro em Berlim Leste informou ao Itamaraty, por exemplo, o seguinte:

83

⁶ Álvaro Gurgel de Alencar ao MRE, Telegrama 176 (Confidencial), Berlim, 21 dez. 1990, AMRE. Segundo o documento em apreço, logo após a reunificação econômica e política do país, a prioridade de muitos lares no leste da Alemanha era substituir os eletrodomésticos, particularmente as geladeiras e as máquinas de lavar. Todavia, para os exportadores brasileiros poderia ser interessante explorar o mercado dos chuveiros elétricos.





[...] a RDA tem triunfos não negligenciáveis. Desde logo, e ainda, tem a melhor situação econômica da região, incluindo a URSS, com uma importante tradição industrial. A seu favor contam também as reservas cambiais que andam na ordem de 8 a 10 bilhões de dólares. Ademais, através de acordos existentes com a RFA, recebe cerca de 3 bilhões de dólares anuais pelo acesso e uso de suas estradas, tarifas postais, vistos de entrada etc., além do corredor comercial existente entre as duas Alemanhas lhe facilitar a saída de seus produtos para a Comunidade [Econômica Europeia]⁷.

Observe-se que a terapia liberal de choque imposta era a contrapartida incontornável e obrigatória das massivas transferências de recursos em favor do leste da Alemanha. A esse respeito, Marcus Böick (2018) pondera que a política formulada e implementada pela agência fiduciária *Treuhandanstalt* também resultou em uma desindustrialização, reprimarização, e em grande e duradoura preocupação, alienação e mal-estar na população atingida. Destarte, é bastante provável que os ressentimentos gerados no leste da Alemanha pelo ajuste estrutural, pela terapia liberal de choque e pela percepção de virtual colonização em favor das elites do oeste do país acabaram temperando e reduzindo o entusiasmo gerado pela reunificação econômica e política da nação. E em mais de uma oportunidade, as fontes consultadas se perguntam se houve efetivamente uma unificação equilibrada entre sistemas econômicos diferentes ou uma simples anexação ou *Anschluss* da RDA. Eis a origem das divergências entre “arrogantes sabichões do oeste” e “chorões do leste”, nos preconceituosos ou paroquiais dizeres de alemães orientais e ocidentais, respectivamente; assunto que será examinado em parágrafos subsequentes desde ensaio (BROOKE, 2021).

⁷ Fernando Carvalho ao MRE, Telegrama 256 (Confidencial), Berlim Leste, 27 nov. 1989, AMRE. Outros impactos e desdobramentos da reunificação alemã em termos socioculturais, trabalhistas, sanitárias e até de gênero, principalmente entre a população da antiga RDA, podem ser conferidas em: Mazzeo et al. (2024), Bister et al. (2023), Braun e Trüdinger (2023), Hrzic et al. (2023) ou Hahm et al. (2024b).





A reunificação da Alemanha: política internacional e a qualidade da democracia

Logo após a queda do muro de Berlim e da apresentação do Programa de Dez Pontos de Kohl, a maior parte da população germano-oriental passou a reivindicar uma rápida reunificação política da país. Daí que as propostas reformistas e democratizantes de Modrow e de outras lideranças do rebatizado Partido do Socialismo Democrático-PSD acabassem sendo acolhidas com indiferença, especialmente entre os mais jovens. Nessa toada, a migração massiva de cidadãos germano-orientais para a RFA continuou. O virtual êxodo acabou gerando, entre outras coisas, uma grave desestruturação do sistema econômico em seu país de origem. A decrescente legitimidade do Estado, do regime, da classe política e do próprio governante foi aprofundada com a divulgação dos desmandos e dos abusos de poder durante o longo governo de Erich Honecker (1975-1989); bem como na caótica abertura dos arquivos do Ministério para a Segurança do Estado-Stasi, que demonstraram a existência de um virtual Estado policial no país. Daí que, para muitos observadores da conjuntura político-social da RDA, inclusive para os diplomatas brasileiros em Berlim Leste, em pouco tempo a reunificação do país passou a ser a principal ou a única alternativa possível para a sociedade germano-oriental (HAMILTON, 1992).

85

A visita de Helmut Kohl a Dresden, em 19 de dezembro de 1989, geralmente é considerada como um ponto de inflexão nas relações inter-germânicas, e no processo de reunificação, que ganhou um grande impulso nas ruas. Dessarte, iniciou-se a agonia da RDA, especialmente pela impaciência popular com os líderes do PSD, e pela ilusão da maioria da população do país com uma rápida adesão à RFA. Em Dresden, Kohl ofereceu ao recém-empossado governo de Modrow uma “comunidade contratual-confederação-federação” com vistas a uma virtual reunificação do país num prazo de 10 anos, bem como outras benesses, especialmente na cooperação para o desenvolvimento econômico e social. A esse respeito, a embaixada brasileira em Berlim Leste informou ao Ministério das Relações Exteriores o seguinte,

Apesar do êxito da visita do chanceler federal [Kohl], que se comprova não só pelos acordos assinados e o estabelecimento de planos conjuntos de cooperação em todas as áreas, mas também pela calorosa acolhida que lhe dispensou a população de Dresden, não pode ele satisfazer a ideia inicial expressa no seu unilateral e apressado “Programa de Dez Pontos”. Prevaleceu a proposta de Modrow, que se limita a





formação de uma “comunidade contratual”, e não o segmento “comunidade contratual-confederação-federação”, como desejaria Kohl. Embora transitório e pouco representativo, o governo de Modrow insiste na alternativa da soberania da RDA, tese está apoiada pelos vizinhos europeus e cuja manutenção dependerá da vontade do povo alemão e do rumo que tomar as duas alianças militares na Europa⁸.

Sob uma perspectiva política, a reunificação da Alemanha afrontava ao menos dois desafios importantes e ineludíveis. De um lado, a realização de uma transição no campo democrático na RDA, mediante a celebração de eleições livres, competitivas, transparentes, pluralistas e que resultassem na escolha de um governo legítimo. E de outro, no plano da política e segurança internacional, a aceitação desse processo pelas grandes potências político-militares da época, especialmente da União Soviética, do Reino Unido, da França, dos Estados Unidos, bem como da Polônia (PFETSCH, 1997).

Com relação à transição democrática na RDA, cumpre destacar que o governo provisório de Modrow tinha autoridade e mandato para avançar na formulação e implementação de profundas reformas políticas, e também para organizar eleições legislativas que resultassem na formação de uma nova Câmara do Povo. Amparado no mandato legislativo e no denominado “espírito de Helsinki”, bem como na confiança em sair vitorioso num processo eleitoral realmente competitivo e nas altas e crescentes pressões da sociedade civil germano-oriental, o governo provisório de Modrow convocou a eleições legislativas em 18 de março de 1990. Todavia, em virtude da delicada situação econômica de seu país, Modrow aceitou que, em troca de assistência econômica da RFA, os poderosos partidos políticos germano-ocidentais pudessem apoiar indiretamente seus aliados, clientes, homólogos e protegidos no leste da Alemanha. 86

Ilusionada com as promessas de uma rápida, eficiente e construtiva reunificação na nação, em 18 de março de 1990, o eleitorado germano-oriental – isto é, 11,5 milhões de cidadãos – votou massivamente pelos partidos favoráveis a essa proposta (EMMLER; FITZENBERGER, 2021). Quase a metade dos eleitores votou aos candidatos da denominada Aliança pela Alemanha, auspiciada e patrocinada pelo próprio Helmut Kohl. Outros partidos germano-orientais favoráveis à reunificação alemã – socialdemocratas, liberais e verdes – também foram apoiados massivamente pelo eleitorado. E o Partido do Socialismo Democrático-

⁸ Alfredo Leoni ao MRE, Telegrama 284 (Confidencial), Berlim Leste, 21 dez. 1989, AMRE.





PSD alcançou um razoável 16% dos votos. Cumpre acrescentar que se tratava das primeiras eleições livres e competitivas no leste da Alemanha desde 1932!

No dia seguinte, em 19 de março, o deputado Lothar de Maizière foi escolhido pela Câmara do Povo como primeiro-ministro. Aliado de Kohl e fortemente favorável à reunificação da Alemanha, de Maizière deixou claro a todos os atores políticos germano-orientais que era ciente de que sua principal tarefa consistia em facilitar uma pacífica e ordeira adesão da RDA à Alemanha ocidental. Nessa empreitada, os governos de ambas as Alemanhas negociaram rapidamente dois Tratados de Unificação, o primeiro de natureza monetária, econômica e social – aprovado em 8 de maio e vigente a partir de 1º de julho –, e o segundo de natureza político-institucional – aprovado pelo parlamento germano-oriental em 23 de agosto, assinado pelos representantes de ambos os governos em 31 de agosto e efetivado a partir de 3 de outubro de 1990 (PACHECO, 2015).

Observe-se que as negociações para a adesão da RDA foram realizadas sob o preceito do artigo 23 da antiga Constituição da RFA, dispositivo que fundamentalmente reivindicava uma incorporação territorial do leste alemão. Nessa linha, parece importante destacar que o parlamento da agonizante RDA aprovou a criação de cinco Estados federados: Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Saxônia, Alta Saxônia, Turíngia e Brandemburgo; bem como a recomposição do ampliado Estado de Berlim. Evidentemente, essas mudanças político-administrativas provocaram algumas consequências no pacto federativo e na qualidade da democracia existente na Alemanha unificada. Todavia, em 3 de outubro de 1990 cessaram automaticamente as relações diplomáticas e consulares da RDA com outros países – inclusive com o Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2001).

No plano da política e da segurança internacional, a tarefa do governo de Kohl – e em menor medida de De Maizière – era bastante complexa, principalmente no tocante ao ceticismo e à resistência soviética – e também inglesa e francesa – a uma reunificação alemã, bem como à permanência dessa Alemanha reunificada na Organização do Tratado do Atlântico Norte-Otan. Com efeito, quebrar e superar o ceticismo e mesmo o veto soviético à reunificação alemã demandou intensas negociações, principalmente entre Kohl e Mikhail Gorbachëv, ao longo do primeiro semestre de 1990. Esses esforços diplomáticos culminaram, em 15-16 de julho, com um entendimento direto entre ambos os governantes. O compromisso Gorbachëv-Kohl basicamente permitia a reunificação pacífica da Alemanha e sua permanência na Otan, em troca de um





drástico desarmamento e de ajuda econômica à União Soviética (ADOMEIT, 1990). A esse respeito, a embaixada brasileira em Moscou informou ao Itamaraty o seguinte,

A aceitação pela União Soviética da presença de uma Alemanha reunificada na OTAN, anunciada ao final da visita do Chanceler Helmut Kohl a Moscou e ao Cáucaso, é resultado, em parte, de um relacionamento pessoal privilegiado entre os líderes dos dois países, da aproximação a leste acordada na reunião de Cúpula da OTAN em Londres e, sobretudo, da importante ajuda econômica à URSS já concedida ou prometida. Constitui decisão histórica para as relações sovieto-germânicas, com repercussões não só no processo europeu, mas também no próprio processo de distensão Leste-Oeste. Foi removido, pois, o principal obstáculo à reunificação alemã⁹.

Uma apreciação semelhante foi encaminhada ao Itamaraty pela embaixada brasileira em Berlim Leste. Segundo Ernesto Ferreira de Carvalho, “O resultado das conversações em Moscou foi favorável às pretensões de Helmut Kohl para o fim da unificação alemã e satisfatória para Mikhail Gorbachov, que recebeu as garantias, com a diminuição dos efetivos militares alemães e a desnuclearização do território da Alemanha grande, além do empréstimo de 5 bilhões de DM, concedido na ocasião, e a manutenção da condição de parceiro comercial preferencial.” Nesse documento, o diplomata brasileiro também comentou o seguinte:

88

De qualquer maneira, tudo terminou bem. Foi um final feliz para a diplomacia de Kohl, e sobretudo de [Hans-Dietrich] Genscher, que soube conduzir as negociações, com uns e outros, flexível e maneiroso, qual uma raposa, mas irredutível em tudo aquilo que pudesse vir a comprometer o objetivo maior. Final feliz para todos mais: seus vizinhos e aliados do ocidente, vendo-a parceira na OTAN, comprometida com as ideias da “Casa Comum europeia” ou “Estados Unidos da Europa”, e seus vizinhos do leste que, por aí, se veem mais tranquilos e confiantes nas declarações e propósitos pacíficos da Alemanha. Mais agora, com o tratado negociado, em Paris, entre os 4+2+1, pelo qual a Alemanha reconhece as fronteiras com a Polônia na linha sobre o Oder/Neiss.

⁹ Sebastião do Rego Barros ao MRE, Memorando 125 (Confidencial), Moscou, 31 jul. 1990, AMRE. No documento em apreço também se ponderou o seguinte: “Representa tal acontecimento uma vitória inquestionável para Michail Gorbatchov, que conseguiu vencer enormes resistências internas à reunificação e, em particular, à presença da Alemanha reunificada na OTAN.”





Concluída essa fase, vencidos esses obstáculos, realmente os que contavam para o término do processo de unificação, de integração melhor dito, porque de integração se trata, com a cooptação da RDA por força do artigo 23 da Constituição Federal, restam problemas menores – alguns não desprezíveis – como a discussão sobre a escolha da capital, direitos de propriedade, lei eleitoral, etc – tratados em telegrama à parte – a ser acertados e concluídos entre os diferentes grupos políticos das duas Alemanhas. Não de monta, porém, a ponto de retardar a eleição do novo Governo, único e geral, em dezembro próximo, data prevista para o desaparecimento da RDA, que passará a ser, segundo li alhures, apenas “um pé de página” nos livros de história de amanhã¹⁰.

Destarte, em 12 de setembro de 1990, foi assinado em Moscou o denominado Tratado sobre a Regulamentação Definitiva referente à Alemanha, também conhecido como Tratado 2+4. Nesse instrumento, os dois Estados alemães e as quatro grandes potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial determinaram que a reunificação envolvia os territórios da RFA, da RDA e de Berlim. As quatro grandes potências vencedoras da guerra concordaram em renunciar aos seus direitos de ocupação. Em consequência, suas responsabilidades e poderes teriam que ser ab-rogados e a Alemanha unificada recuperaria a sua soberania. Em contrapartida, a Alemanha reconheceria e consagraria a linha Oder-Neisse como fronteira germano-polonesa permanente e definitiva; além de renunciar a quaisquer outra reivindicação territorial em países vizinhos.

Todavia, pelo Tratado 2+4 foi reduzida a quantidade de integrantes das forças armadas alemãs (limitada a 370 mil soldados). A Alemanha reunificada renunciou à produção e posse de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e bacteriológicas, bem como vectores), foram enunciados os procedimentos de retirada das tropas soviéticas, e se aceitou a permanência da Alemanha unificada na Organização do Tratado do Atlântico Norte. O Tratado 2+4 foi efetivado em março de 1991, e as últimas tropas russas deixaram a Alemanha em 1994 (ZELIKOW; RICE, 2021). Tudo isso com importantes implicações e desdobramentos sob a perspectiva da fase final da história global da Guerra Fria.

¹⁰ Ernesto Ferreira de Carvalho ao MRE, Ofício 86, Berlim Leste, 23 jul. 1990, AMRE.





A cidade de Berlim como laboratório da reunificação

Dois eventos dos últimos dias, muito festejados localmente, marcam importante etapa na direção da progressiva superação do status de Berlim como cidade ocupada e dividida, símbolo maior do precário equilíbrio político-militar no continente europeu no pós-guerra: o desmantelamento do checkpoint Charlie, expressão do compromisso dos Aliados ocidentais em preservar Berlim ocidental, e a suspensão parcial das reservas impostas em 1949 pelos Aliados, enquanto potências da ocupação, ao pleno exercício pelos cidadãos daquele enclave de seus direitos políticos.

Se no passado Berlim foi símbolo de um país e de um continente repartidos, hoje a cidade espelha com igual fidelidade a complexa [correlação] de forças e circunstâncias que impulsionam o processo de reunificação. Esse papel vanguardista e aglutinador, que lhe impõe sua geografia física e histórica, adquire nova dimensão com a entrada em vigor do Tratado de União Econômica e Social entre dois sistemas frontalmente antagônicos. Se essa característica peculiar de Berlim não lhe credencia automaticamente para ser a futura capital da Alemanha unificada (como quer crer o prefeito de Berlim Ocidental, Walter Momper), não há dúvida tratar-se de singular microcosmo dos desafios que o país como um todo vivenciará com crescente intensidade¹¹.

90

A citação acima sugere que em poucos lugares o processo de reunificação foi tão intenso e simbólico como na cidade de Berlim. Ocupada e fatiada pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente separada e dividida pelo próprio muro imperante entre 1961 e 1989, Berlim era, certamente, um dos lugares mais emblemáticos da história global da Guerra Fria (GÓMEZ, 2024). Nessa linha, e levando-se em consideração a abundante e qualificada informação enviada pelos diplomatas brasileiros acreditados naquela cidade – tanto desde a embaixada em Berlim Leste, quanto do consulado em Berlim Oeste –, o presente artigo avança na exploração da reunificação especificamente berlinense, bem como em algumas de suas implicações em termos regionais, nacionais, continentais e globais.

Em 15 de novembro de 1990, o novo cônsul-geral do Brasil em Berlim, senhor Álvaro Gurgel de Alencar, foi recebido em audiência oficial pelo prefeito-governador e então senador Walter Momper, para

¹¹ Marcel Biato ao MRE, Telegrama 91 (Confidencial), Berlim Oeste, 29 jun. 1990, AMRE. Com relação ao Checkpoint Charlie, conferir o artigo de Hooper e Campos (2024).





tratar assuntos de interesse comum. Segundo o relato do diplomata brasileiro, o prefeito e senador vinha “criando – ou utilizando – oportunidades para influenciar, no sentido da escolha de Berlim, no futuro debate no *Bundestag* sobre a localização do governo federal.” Agora sabemos que a transferência da sede do governo de Bonn para Berlim foi confirmada pelo parlamento em 1991 (KOB, 2023). Especificamente com relação ao processo de reunificação da cidade e do país, bem como das perspectivas de crescimento econômico do leste alemão, Momper teria reconhecido como aspectos favoráveis a qualificação sanitário-profissional, a língua e a cultura da população germano-oriental. Contudo, segundo o cônsul Alencar, na opinião do burgomestre de Berlim, um ano após a queda do muro, persistiam três obstáculos à rápida recuperação da economia do Leste-alemão: a) o alto custo para o governo federal, b) o problema da infraestrutura deficiente, e c) um “problema de atitude gerado por 40 anos de regime da RDA, e que se traduz num relativo despreparo dos cidadãos para atuar economicamente de forma ágil, e desfrutar a plenitude das oportunidades de uma economia aberta.”¹² A questão do assim chamado “problema de atitude” é particularmente relevante para os fins deste ensaio, e será apreciado nos próximos parágrafos (EMMLER; FITZENBERGER, 2021).

91

É importante frisar que, sob a perspectiva de Walter Momper (SPD), quem à época dos fatos além de prefeito-governador de Berlim era também presidente da Câmara Alta – *Bundesrat*, isto é, do Senado alemão –, a reunificação de sua cidade ia muito além de simples questões paroquiais. Na opinião de Momper e de seus colaboradores a unificação econômica e político-administrativa da cidade de Berlim teria implicações macrorregionais, tanto no Estado federado do mesmo nome, quanto nas cinco novas *Länder* do leste da Alemanha (DÍEZ, 2001). Daí que, por exemplo, fosse informado ao Itamaraty o seguinte,

No plano econômico, face à fusão em ritmo célere das duas partes da cidade, antecipa-se a necessidade de alocar vultosas somas para reestabelecer os vínculos em matéria de transporte e comunicações entre as duas Berlim e com a RFA, bem como para adequar materialmente a cidade – sobretudo Berlim Oriental – a suas novas responsabilidades. As deficiências se afiguram especialmente serias no campo da habitação e do emprego, inclusive com o influxo maciço de migrantes econômicos do leste europeu. Por esse motivo os dois prefeitos [Walter Momper de Berlim

¹² Álvaro Gurgel de Alencar ao MRE, Telegrama 145 (Confidencial), Berlim, 15 nov. 1990, AMRE.





Ocidental e Tino Schwierzina de Berlim Oriental] veem exigindo não só a manutenção dos atuais subsídios federais para a metrópole, mas sua significativa majoração. No plano político-administrativo, a colaboração entre os dois lados já é intensa, a fim de defrontar esses problemas comuns. Em 12 de junho as duas prefeituras fizeram sua primeira reunião conjunta em 42 anos, na Rotes Rathaus, sede do governo berlinense até a guerra. Comitês conjuntos veem abordando as questões mais prementes: direto de propriedade, meio-ambiente, imigração, serviços públicos, alfandega e comunicações¹³.

A reconstrução da região leste da cidade de Berlim era particularmente urgente no contexto da eventual candidatura para sediar novamente a capital e o governo efetivo do país, bem como instituições de integração europeia e foros multilaterais globais. Daí que resolver pendências sobre moradias, sobre espaços e serviços públicos, sobre a eventual liberação de imóveis pelas tropas de ocupação ainda presentes na cidade, e outros assuntos conexos, fosse cada vez mais urgente e determinante. Nesse marco, em julho de 1990, isto é, bem no meio das negociações sobre a reunificação econômica e política da nação, o cônsul brasileiro em Berlim Oeste informou à chancelaria em Brasília o seguinte:

Com a fixação em termos já quase definitivos do cronograma de fusão política, a completar-se ainda neste ano, voltou à baila o pleito histórico de Berlim de ser a capital de uma Alemanha unificada. Asseguram-lhe essa prerrogativa numerosos preceitos legais, bem como manifestações de sucessivas lideranças políticas ao longo dos anos. Mais do que uma compensação pelas agruras e privações impostas pela prolongada divisão da cidade, a recondução à condição de capital federal simbolizaria na consciência popular o coroamento do processo de restauração da identidade e dignidade nacionais. Haveria mesmo certa justiça histórica no fato de Berlim, cidade por tanto tempo submetida à ocupação Aliada, viesse a corporificar o renascimento de uma soberania alemã democrática, capaz de exorcizar os demônios do passado nazista. No entanto, o tom de urgência que os partidários da [transferência da capital estão] imprimindo a essa discussão parece refletir, acima de tudo, o forte impacto sobre a cidade da plena vigência do acordo de unificação. As pressões de ordem socioeconômica que a fusão já impõe, com a ameaça de parcial colapso da infraestrutura de serviços básicos, sobretudo em decorrência do maciço influxo migratório oriundo do leste do país e europeu, intensificam clamores pela rápida

¹³ Marcel Biato ao MRE, Telegrama 91 (Confidencial), Berlim Oeste, 29 jun. 1990, AMRE.





escolha de Berlim como capital, pelo que passaria automaticamente a merecer maiores atenções orçamentárias¹⁴.

Os esforços orientados a recuperar o prestígio político, diplomático, cultural e acadêmico do Berlim unificado resultaram em uma importante transformação arquitetônica e urbanística da cidade (LE GALLOU, 2015). Ao mesmo tempo, o dinamismo econômico berlinense também acabou gerando um agudo processo inflacionário, particularmente no aumento dos preços de imóveis residenciais e de escritórios. O dramático aumento dos aluguéis praticados na cidade de Berlim chegou a ser objeto de preocupação inclusive dos empregados do consulado brasileiro naquela cidade. A esse respeito, informou-se a Brasília que “Vários desses funcionários simplesmente não podem mais, com os salários que recebem, entregar ao Consulado-Geral – locatário formal dos imóveis em que vivem – os recursos para pagamento dos aluguéis.”¹⁵ Segundo o diplomata brasileiro, o problema dos servidores era “devido ao aumento de cerca de 700 por cento em todos os custos em Berlim Oriental.” Evidentemente, o processo inflacionário em questão erigia-se em um “grave problema” para todos os habitantes da cidade, num momento delicado do processo de reunificação local, nacional e continental (HOLM, 2021).

93

Do ponto de vista das missões diplomáticas estrangeiras, algo semelhante se pode afirmar em relação aos crescentes custos de aquisição ou de locação de imóveis no contexto do processo de transferência das respectivas embaixadas de Bonn para Berlim. Cumpre acrescentar que, no caso brasileiro, funcionaram simultaneamente na mesma cidade durante algum tempo a embaixada brasileira em Berlim Leste (até o dia 3 de outubro de 1990) e o consulado brasileiro em Berlim Oeste. Após a cessão das relações diplomáticas e consulares entre o Brasil e a RDA, em decorrência da reunificação, a sede da antiga embaixada perante o governo germano-oriental foi transformada no consulado geral do Brasil.

Infere-se do exposto que a transferência da capital para Berlim era vista por numerosos atores político-sociais como um tópico de apoio estratégico à reunificação do país e como um reconhecimento e valorização do leste alemão. A esse respeito, o consulado brasileiro em Berlim informou ao Ministério das Relações Exteriores que, na opinião de lideranças políticas diretamente envolvidas no processo de

¹⁴ Marcel Biato ao MRE, Telegrama 96 (Confidencial), Berlim Oeste, 10 jul. 1990, AMRE.

¹⁵ Álvaro Gurgel de Alencar ao MRE, Telegrama 155 (Confidencial), Berlim, 27 nov. 1990, AMRE.





negociação do tratado de adesão política, a questão da escolha da nova capital “seria a única maneira de assegurar à RDA, enquanto uma das partes contratantes do acordo de fusão, participação decisiva no processo de escolha da futura capital, tese aparentemente apoiada pela maioria do SPD mas não do CDU.” O documento em apreço também ponderava que “É óbvia qual a preferência da RDA, cujas ‘Länder’ constitutivas se veriam fortemente dinamizadas com a escolha de Berlim.” Segundo o cônsul brasileiro Berlim, sob uma perspectiva mais abrangente, “Vê-se também nessa questão [da transferência da capital] a fragilidade das aspirações alemães-orientais a ingressar em igualdade de condições na nova Alemanha.” Nessa toada, concluiu o diplomata brasileiro ponderando que “Os resquícios de soberania que a RDA ainda conserva após o primeiro acordo de unificação não escondem o fato [de] tratar-se hoje de mero conglomerado de províncias unidas pela sua relativa pauperização e pelo temor de serem dominadas pelas vizinhas ricas do Ocidente.”¹⁶ Dois meses depois, o cônsul brasileiro voltou a informar sobre o assunto em questão nos seguintes termos,

94

Nesse contexto, vem insistindo o prefeito-governador de Berlim (Ocidental), Walter Momper, em sucessivos pronunciamentos, que os destinos de Berlim e dos alemães orientais estariam estreitamente ligados, insinua que a incorporação, em condições justas e honrosas, das novas províncias à federação alemã dependeria de Berlim reconquistar suas prerrogativas institucionais do pré-guerra. Assim, ao mesmo tempo em que campanha em favor da tese de que Berlim deve voltar a ser sede do governo – e não apenas a capital simbólica do país –, Momper busca projetar-se como defensor dos interesses dos cidadãos da então ex-RDA. Tenciona claramente angariar, dessa forma, apoio para suas ideias em região que tende naturalmente, por razões geográficas e históricas, a gravitar em torno da ex-capital.

[...] Assim, ao repassar os conhecidos argumentos históricos e políticos que embasam a causa da cidade, vem Momper insistindo com crescente firmeza na importância de Berlim para a consecução de uma reaproximação fluida e produtiva entre as duas Alemanhas, porquanto lutou, de resto, para que o Tratado de Adesão da RDA incluísse cláusula nesse sentido.

¹⁶ Marcel Biato ao MRE, Telegrama 96 (Confidencial), Berlim Oeste, 10 jul. 1990, AMRE. Segundo o documento em apreço os principais focos de oposição à transferência da capital da Alemanha unificada para Berlim estavam localizados nas elites de Bonn, da Renânia do Norte-Vestfália e da Bavária. Além dos enormes custos financeiros da transferência da capital para Berlim, estes também denunciavam a presença de tropas soviéticas naquela cidade, um sentimento de regionalismo, e temor à perda de postos de trabalho.





[...] Ao afirmar que as regiões dominantes [isto é, Bavária e Renânia do Norte-Vestfália] pretenderiam explorar a momentânea fraqueza das 'Länder' orientais em proveito próprio, objetiva Momper reforçar seu argumento de que somente um governo central com luz e vigor próprios pode assegurar o equilíbrio federativo nas atuais circunstâncias marcadas pela profunda desigualdade entre as partes. Esforça-se, subsidiariamente, por desvencilhar Berlim da antiga pecha de ter sido o centro nervoso dos regimes prussiano e nazista, tentando lançar sobre as grandes províncias essa suspeita de ranço centralizador e autoritário¹⁷.

Finalmente, a documentação consultada sugere que um outro argumento utilizado pelo prefeito Momper e seus colaboradores para engradecer a reivindicação de Berlim consistia em apresentá-la como a principal cidade no "coração da Europa", com capacidade de sediar organismos comunitários europeus, e com vocação para aprofundar o diálogo geopolítico com a Europa central e oriental (FONSECA, 2021). A esse respeito, o consulado brasileiro em Berlim informou ao Itamaraty o seguinte:

95

Junto com planos ambiciosos para atrair novas indústrias e serviços para a região, Berlim vem pleiteando oficialmente junto à Comunidade [Econômica] Europeia a prerrogativa de sediar inúmeras instituições regionais, num nítido esforço por valorizar seu perfil internacionalista. Assim já formalizou oferta para hospedar o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD) [e/ou] a Agência para o Meio Ambiente a ser instituída. Como principal triunfo nessa empreitada, cita-se o posicionamento estratégico da cidade no "coração da Europa", cabendo-lhe, pois, funções realçadas no processo de integração alemã e, por conseguinte, europeu, sobretudo no marco do papel decisivo da nova Alemanha na consecução do Mercado Único continental programado para 1992. Da mesma forma, busca-se capitalizar o sentido iconográfico da história recente da cidade, sobretudo no contexto da atual reaproximação Leste-Oeste. Não será por outra razão que Berlim se candidata a sediar o futuro foro permanente, que se cogita estabelecer, no âmbito da rodada Organização para a Segurança e Cooperação na Europa-OSCE.

Claro está que essa ofensiva multilateralista vincula-se estreitamente à campanha por garantir para Berlim a condição de capital plena da nova Alemanha. Trata-se de reforçar as credenciais da cidade como grande centro político e diplomático regional, que melhor se coadunaria, segundo essa análise, com as diretrizes mais dinâmicas e assertivas que deverão marcar a política externa alemã no período pós-Guerra Fria. Por outro lado, a conotação europeizante que sugere a presença na cidade de várias organizações regionais contribuiria, ainda, para afastar suspicácias, dentro e fora do

¹⁷ Marcel Biato ao MRE, Telegrama 112 (Confidencial), Berlim Oeste, 17 set. 1990, AMRE.





país, quanto a um ressurgimento a partir de Berlim de movimento centralizador autoritário¹⁸.

A evidência consultada também sugere que uma outra das tarefas prioritárias de Walter Momper consistia em manter o predomínio do Partido Social-Democrata da Alemanha-SPD no Estado federado de Berlim, principalmente no contexto da campanha das eleições nacionais unificadas previstas para o dia 2 de dezembro de 1990. Nessa oportunidade, o SPD teria que concorrer com democrata-cristãos, liberais, neocomunistas, verdes e com novas formações de extrema-direita. Daí que manter a ordem e a segurança públicas em Berlim – principalmente num contexto de imigração massiva de cidadãos de outras regiões do país, bem como de outros países (SEERIG, 2023a; CASAMAYOR, 2015) – tornou-se em um assunto de política local, regional e nacional. Agora sabemos que, ainda que Kohl acabasse sendo reeleito como primeiro-ministro nas referidas eleições legislativas unificadas, Momper conseguiu ser escolhido deputado na Câmara Baixa, e sua dilatada carreira política continuou até 2011.

96

Rompendo preconceitos, barreiras e bloqueios mentais: para além das contradições e desarmonias entre “chorões do Leste” e “arrogantes sabichões do Oeste”

Observado de fora, o pacífico, construtivo e essencialmente democrático processo de reunificação alemã parece ter sido total e absolutamente exemplar e transcendente. Contudo, já na época da unificação diplomatas brasileiros acreditados nas Alemanhas detectaram fenômenos de desafeição, racismo e xenofobia (KIM, 2021; LUEDERS, 2024). Com relação aos perigos decorrentes do racismo na Alemanha unificada, o embaixador Fernando Ferreira de Carvalho chegou a ponderar e questionar, por exemplo, o seguinte:

Com uma população de milhões de imigrantes espalhados de Londres ao Leste da Europa, mão-de-obra barata e útil e, ainda, mas não tanto, necessária – vinda de todos os continentes – de negros, asiáticos e árabes, além de brancos ibéricos, da

¹⁸ Marcel Biato ao MRE, Telegrama 105 (Confidencial), Berlim Oeste, 27 ago. 1990, AMRE.





Turquia, da Jugoslávia, Polônia e Romênia que deixam marcas profundas na vida cotidiana, modificando comportamentos e o relacionamento entre as gentes, é muito natural sobrevenham, num futuro, problemas de convivência com os nacionais – mais ou menos graves – conforme sejam anos de abundância ou de escassez, que, aliás, aqui e ali, já vêm ocorrendo, embora minimizados.

Pode que por aí, sobretudo no que trata aos árabes, – mais contestatórios – muito especialmente os radicais, os fundamentalistas, venham a surgir conflitos de efeitos multiplicadores que transcendam suas próprias fronteiras, com consequências políticas imprevisíveis [sic]¹⁹.

Com o passar do tempo, crimes de ódio e problemas de convivência deixaram de ser objeto de preocupação exclusivamente com relação aos estrangeiros. Constatou-se que desarmonias e contradições entre cidadãos do oeste e do leste da Alemanha emergiram e se manifestaram em preconceituosas imagens e percepções do outro (BIERMANN; WELSCH, 2021; SCHOLZ, 2021). Tratou-se de irritantes, desrespeitosas e enervantes relações entre os assim chamados *Jammer-Ossis* e *Besser-Wessis* – isto é, entre “chorões do leste” e “arrogantes sabichões do oeste”, nos dizeres de alemães do oeste e do leste, respectivamente. Ainda que o problema das divergências regionais não seja exclusivo ou específico dos alemães – e de fato as discriminações e exclusões geográfico-territoriais são ainda maiores em muitos outros países, particularmente em Estados com alta vulnerabilidade, injustiça social, desigualdade e exclusão –, o tema tornou-se recorrente na Alemanha, mesmo uma geração após a queda do muro de Berlim (AGOFF, 2003). Com efeito, em 9 de novembro de 2019, no marco das comemorações pela queda do referido muro, o presidente alemão Frank-Walter Steinmeier (2019), ponderou, por exemplo, o seguinte:

97

Este grande muro [de Berlim], essa construção que reivindicou tantas vítimas, não se sustentou mais. O Muro se foi, de uma vez e para sempre.

No entanto, novos muros surgiram em todo o país: muros de raiva e ódio. Muros de silêncio e de alienação. Muros que são invisíveis e que ainda dividem. Muros que impedem a coesão social.

¹⁹ Ernesto Ferreira de Carvalho ao MRE, Ofício 86, Berlim Leste, 23 jul. 1990, AMRE. Outros observadores brasileiros também registraram a conjuntura (SEERIG, 2023b).





Para os fins do presente artigo é particularmente relevante – e preocupante – constatar que muitos dos incidentes, atentados, desavenças e crimes de ódio da atualidade parecem ter alguma vinculação com as divergências de memória e mentalidade que persistiram entre alemães após a reunificação do país, e que atingiram particularmente os habitantes da ex-RDA – eis o “problema de atitude” que o prefeito Walter Momper manifestou ao cônsul Álvaro Gurgel de Alencar, em parágrafos acima (BONDAR; FUCHS-SCHÜNDELN, 2023).

Ainda que por razões de espaço não seja possível incluir neste artigo uma análise aprofundada sobre o assunto em questão, parece claro que a insatisfação de uma parcela significativa da população do leste da Alemanha com a sua situação econômica e político-social acabou manifestando-se nos últimos tempos não somente em atentados xenófobos contra refugiados e imigrantes – como aconteceu a partir dos graves incidentes em Rostock, em agosto de 1992. Também, e mais preocupante, tem sido a altíssima votação conseguida por partidos políticos de extrema-direita, dentre eles o Partido Nacional Democrático da Alemanha-NPD e a Alternativa para a Alemanha-AfD, nos Estados federados do leste da Alemanha, particularmente entre as camadas mais jovens do eleitorado. Algo semelhante se pode afirmar com relação à forte penetração e enraizamento naquela região de organizações de tintes filo-nazistas, como o denominado Europeus Patriotas contra a Islamização do Ocidente-Pegida, agrupamento de extremistas que afirma lutar contra a imigração muçulmana e contra uma possível islamização da Alemanha e de países vizinhos (KÖNIG; JÄCKLE, 2023).

98

Destarte, Christian Schweiger (2019) sugere que as referidas atitudes disruptivas e o apoio político-social recebido pelas organizações extremistas no leste da Alemanha poderiam ser explicadas e interpretadas como uma reação coletiva de importantes parcelas daquela população diante de sentimentos de alienação, exclusão e injustiça social desenvolvidos no seio da Alemanha unificada. O assunto é bastante preocupante pelas implicações psicossociais deste fenômeno tanto em termos regionais, quanto no conjunto do país e da qualidade de sua democracia. No marco global de uma Terceira Onda de Autocratização no mundo vigente desde 2006, confirmada por numerosos e prestigiados institutos de pesquisa, as disruptivas e extremistas ações atribuídas a esses grupos político-sociais de extrema-direita enraizados no leste da Alemanha podem acabar erodindo a qualidade da democracia alemã, com negativas consequências nacionais, continentais e globais (LÜHRMANN; LINDBERG, 2019).





Considerações finais

A reunificação da Alemanha foi um dos acontecimentos mais marcantes e decisivos da contemporaneidade. Trinta e cinco anos após os dramáticos episódios prevaletentes entre a queda do muro de Berlim e a reunificação do país – isto é, 342 dias entre ambos os fatos –, o resultado geral é positivo, construtivo e transcendente (STOKES, 1991). Evidentemente, na atualidade Alemanha é uma realidade constitucional, institucional e política unificada e soberana. Mesmo tomando nota da persistência de algumas contradições e desavenças internas – as que, por demais, acontecem em praticamente todos os países do mundo –, a Alemanha unificada se erige atualmente em uma das principais potências europeias. Em um mundo angustiado por ameaças de recessão econômica, pelo aquecimento global e outras mudanças climáticas, pela Terceira Onda de Autocratização e por preocupantes tensões geopolíticas (Ucrânia, Médio Oriente), é reconfortante observar à Alemanha unificada como um fator de estabilidade, de diálogo construtivo, de multilateralismo, de paz e de segurança internacionais (PFETSCH, 1997; CHO; DE MOOR, 2021).

Nesse cenário, e seguindo a terminologia e os ensinamentos de Reinhart Koselleck (2006) – particularmente sua noção de “horizonte de expectativa” –, para os fins deste artigo é pertinente retrotrair e rememorar as projeções futuras que os diplomatas brasileiros acreditados na Alemanha auguravam para o país, no marco do processo de reunificação ainda em curso. Em outras palavras, tratar-se-ia da construção de cenários prospectivos que hoje, trinta e cinco anos depois, podemos apreciar, valorizar e cotejar com a realidade atual. Assim, em julho de 1990, o último embaixador brasileiro em Berlim Leste, senhor Ernesto Ferreira de Carvalho, elucubrava sobre o futuro de uma Alemanha ainda em processo de reunificação nos seguintes termos,

Que virá a seguir?, é a pergunta que muitos formulam. Desde logo, nasce uma potência econômica e política de primeira grandeza, de grande densidade populacional para os termos europeus, de irresistível penetração econômico-comercial no leste-oeste, que a tornará a maior força no centro da Europa, capaz de alterar o tabuleiro político internacional. E depois? O alemão de hoje: suas





idiossincrasias, temperamento arrogante, capacidade de organização e disciplina arraigada, pouco difere daquele de 1914 e 1939[.] [M]as as condições, a conjuntura política, a situação econômica, o bem-estar social é todo outro, muito diferente e bem melhor. É de se ver, ainda, que a Alemanha Grande, de amanhã, não terá sido formada como a de 1914, com o espírito hegemônico imperial, vindo de Bismarck, nem o revanchista, de 1939, fruto de Versailles, é antes, e sobretudo, consequência de um processo democrático, de livre escolha, de compromissos com a liberdade, mercado livre e acatamento da lei. Na verdade, a nova Alemanha unificada, é um presente da história, combinação de fatores exógenos, fora do contexto em que as duas Alemanhas estavam inseridas, que as levaram a se unir num processo que teve sua própria dinâmica, tais as reformas avançadas por Gorbachov – cuja seriedade e veracidade, Genscher soube ver e antecipar primeiro que todos –, os levantamentos na Polônia e Hungria contra regimes ditatoriais e, mais que tudo, o inconformismo e impaciência dos cidadãos da RDA que procuraram, por todos os meios, o caminho da liberdade. O que poderia ser apenas uma fuga do marasmo e opressão existentes, em busca de novos e melhores horizontes, tornou-se um levantamento nacional contra a divisão das Alemanhas.

Tudo leva a crer, pois, que a Alemanha democrática de hoje será outra, mais europeia 100 desde logo, e como sói acontecer, de efeito passará a causa, promovendo mais rapidamente a unificação de Europa. Assim, mantidas as atuais condições políticas e econômicas, prevalentes não só na Alemanha, mas em toda Europa, na Europa de Leste, sobretudo e principalmente, “o perigo alemão” não deverá existir²⁰.

Salvo melhor interpretação, levando-se em consideração a noção de “horizonte de expectativa”, é plausível concordar com as elucubrações do último embaixador brasileiro em Berlim Leste. Efetivamente, a unificação pacífica das Alemanhas – ou melhor, a incorporação da RDA na RFA – representou uma paradigmática demonstração de republicanismo, civilidade, moderação, convergência e fraternidade. Observando esse acontecimento em retrospectiva, constata-se que o feito e o construído na Alemanha é importante e deve ser valorizado (WENNER; THIERSTEIN, 2021; ZOCH, 2021). Esse é o caso da denominada era da primeira-ministra Angela Merkel, entre 2005 e 2021; isto é, um período de excecional prosperidade, governabilidade, estabilidade, credibilidade e reconhecimento doméstico e internacional (MOTA, 2021). Contudo, também é evidente que o processo de reunificação ainda não foi concluído. Daí que corresponderá

²⁰ Ernesto Ferreira de Carvalho ao MRE, Ofício 86, Berlim Leste, 23 jul. 1990, AMRE. Sobre a questão da sensação de liberdade republicana no leste da Alemanha conferir: Broockmann (2023).





à atual geração de alemães – isto é, aos nascidos na Alemanha unificada – completar o processo iniciado nos frenéticos e dramáticos meses que sucederam à igualmente simbólica e transcendente queda do muro de Berlim e à fase final da história global da Guerra Fria (WALKER, 1992).

Em conclusão, e lembrando-se a pergunta-orientadora deste estudo, infere-se que os diplomatas brasileiros acreditados em Berlim Leste e alhures foram observadores privilegiados e qualificados do processo de reunificação da Alemanha. Os relatórios e outras informações encaminhadas pelos referidos diplomatas oferecem percepções e interpretações que, salvo melhor juízo, complementam e enriquecem uma temática de evidente interesse acadêmico global. Note-se que a reunificação alemã se erigiu, efetivamente, em tópico fundamental da agenda de economia, política e segurança internacional da década de 1990, com desdobramentos no continente europeu e no mundo (RUTLAND, 1999). Destarte, conclui-se que, trinta e cinco anos após os paradigmáticos acontecimentos no centro e no leste europeu, a experiência da reunificação da Alemanha oferece singular oportunidade para ampliar, aprimorar e aprofundar o debate acadêmico e o conhecimento historiográfico, inclusive a partir de contribuições alicerçadas em documentação diplomática brasileira.

101

Referências

- ADOMEIT, Hannes. "Gorbachev and German Unification: Revision of Thinking, Realignment of Power". *Problems of Communism*, Vol. XXXIX, n. 4, pp. 1-23, 1990.
- AGOFF, María. "Breve historia de un muro invisible: berlineses orientales y occidentales en el contexto de la reunificación alemana". *Sociológica*, v. 18, n. 53, pp. 193-209, 2003.
- ARNOLD, Eckart. "German foreign policy and unification". *International Affairs*, v. 67, n. 3, pp. 453-471, 1991.
- BEETZ, Christian; TSCHURTSCHENTHALER, Georg. "Rohwedder: Einigkeit und Mord und Freiheit". *Documentário*. Los Gatos, 6.9.2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81022994>. Acesso em 07/11/2024.
- BIERMANN, Philipp; WELSCH, Heinz. "An anatomy of East German unhappiness: The role of circumstances and mentality, 1990–2018". *Journal of Economic Behavior & Organization*, v. 181, January, pp. 1-18, 2021.





BISTER, Lara et al. "Scarred for Life? Early-Life Experience of the Post-Reunification Economic Crisis in East Germany and Physical and Mental Health Outcomes in Early Adulthood". *Comparative Population Studies*, v. 48, pp. 701-704, 2023.

BÖICK, Marcus. *Die Treuhand: Idee - Praxis - Erfahrung 1990-1994*. Gotinga: Wallstein Verlag, 2018.

BONDAR, Mariia; FUCHS-SCHÜNDELN, Nicola. "Goodbye Lenin Revisited: East-West Preferences Three Decades after German Reunification". *German Economic Review*, v. 24, n. 1, pp. 97-119, 2023.

BRAUN, Daniela; TRÜDINGER, Eva-Maria. "Communal and exchange-based trust in Germany thirty years after reunification: convergence or still an east-west divide?" *German Politics*, v. 32, n. 1, pp. 43-62, 2023.

BROCKMANN, Stephen. *The Freest Country in the World: East Germany's Final Year in Culture and Memory*. Martesham: Boydell & Brewer, 2023.

BROOKE, Jeremy. *How Memory Divides: The Search for Identity in Eastern Germany*. Abingdon: Routledge, 2021.

CASAMAYOR, Odette. "'How long is now?': extraviós berlineses (1993-2015)". *Kamchatka*, v. 5, pp. 47-64, 2015.

CHO, Sung-jo; DE MOOR, Lieven. "The Economic Integration Between North and South Korea: Lessons from German Reunification and European Integration". *East Asia*, preview, p. 0-0, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12140-021-09359-w>. Acesso em 07/11/2024.

DETZEN, Dominic; EVANS, Lisa; HOFFMANN, Sebastian. "Identities in transition: Audit recruits and the German reunification". *Accounting, Organizations and Society*, v. 107, e101428, 2023.

DICKEY, Heather; WIDMAIER, Alessa. "The persistent pay gap between Easterners and Westerners in Germany: A quarter-century after reunification". *Papers in Regional Science*, pp. 1-27, 2021.

DÍEZ, José. "Diez años de unidad alemana. Reconstrucción económica e integración nacional de los Länder orientales". *Investigaciones históricas*, n. 21, pp. 357-382, 2001.

DOMÍNGUEZ, Carlos. "A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes brasileiras". *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 37, pp. 93-110, 2010.

EMMLER, Julian; FITZENBERGER, Bernd. "Temporary Overpessimism: Job Loss Expectations Following a Large Negative Employment Shock". *IZA Discussion Paper No. 14149*, Bonn, pp. 1-48, 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3798902>. Acesso em 07/11/2024.





FONSECA, Rubem. *Erinnerungen an Berlin*. Berlin: Ibero-Amerikanisches Institut, 2021.

GADDIS, John. *The Cold War: A new history*. Nova York: Penguin Books, 2005.

GÓMEZ, Mariana Daniela. "Una aproximación a la RDA (República Democrática Alemana) en la historia social, los estudios de memoria y la etnografía postsocialista: ejes temáticos, perspectivas y debates". *Iberoforum. Revista de Ciencias Sociales*, v. 4, n. 2, pp. 1-38, 2024.

HALLIDAY, Fred. "The Ends of Cold War". *New Left Review*, n. 180, pp. 5-23, 1990.

HAMILTON, Daniel. "Germany After Unification". *Problems of Communism*, v. XLI, n. 3, pp. 1-18, 1992.

HAHM, Stefanie et al. "Trajectories of Satisfaction with Life Following a Collective, Critical Life Event and Their Relationship with Sociodemographic Factors and Internal Migration: The Example of the German Reunification 1989/90". *Applied Research in Quality of Life*, pp. 1-21, 2024a.

HAHM, Stefanie et al. "How socio-political change is associated with the number of individually reported negative life events: a population-based study using the German reunification 1989/1990 as an example". *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 78, n. 5, pp. 311-318, 2024b. 103

HERTLE, Hans-Hermann. "The Fall of the Wall: The Unintended Self-Dissolution of East Germany's Ruling Regime". *Cold War International History Project Bulletin*, n. 12/13, pp. 131-164, 2001.

HOLM Andrej. "From Protest to Program Berlin's Anti-gentrification-Movement Since Reunification". In: FREGOLENT Laura; NEL-LO, Oriol. (orgs.). *Social Movements and Public Policies in Southern European Cities*. Nova York: Springer, 2021, pp. 33-52, 2021.

HOOPER, Silvana Seabra; CAMPOS, Lorena Mendes. "Checkpoint Charlie: Consumo e turismo de memória". *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, e732, 2024.

HRZIC, Rok et al. "District-level mortality convergence in reunified Germany: long-term trends and contextual determinants". *Demography*, v. 60, n. 1, pp. 303-325, 2023.

KELLERMANN, Kim Leonie. "Trust we lost: The impact of the Treuhand experience on political alienation in East Germany". *Journal of Comparative Economics*, v. 52, n. 1, pp. 54-75, 2024.

KHACHATRYAN, Kristine et al. "Influence of GDR identification before German reunification on political support 20 years later". In: HELLER, Ayline; SCHMIDT, Peter (orgs.). *Thirty Years After the Berlin Wall*. Routledge, pp. 103-124, 2024.





KIM, Seong Hee. "Changes in Social Trust: Evidence from East German Migrants". *Social Indicators Research*, Preview, pp. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02611-z>. Acesso em 07/11/2024.

KOß, Michael. "Legislative democracy in the Bundestag after reunification". *German Politics*, v. 32, n. 1, pp. 107-126, 2023.

KÖNIG, Pascal D.; JÄCKLE, Sebastian. "The Violence of the Far-Right: The Three Decades after German Reunification". In: WEISSKIRCHER, Manès (org.). *Contemporary Germany and the Fourth Wave of Far-Right Politics*. Londres: Routledge, pp. 91-112, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora PUC-Rio, 2006.

KUBE, Sven. "Socialist riches to capitalist rags: The disintegration of the GDR music industries during German reunification". In: GALUSZKA, Patryk (org.). *Eastern European Music Industries and Policies after de Fall of Communism*. Abingdon: Routledge, 2021, pp. 81-92, 2021.

LE GALLOU, Aude. "De Berlin-Est au «Nouveau Berlin»: les mémoires plurielles d'une capitale réunifiée". *Géocarrefour*, v. 90, n. 2, pp. 153-162, 2015.

LÖBEL, Lea-Maria; JACOBSEN, Jannes. "Waiting for kin: a longitudinal study of family reunification and refugee mental health in Germany". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, February, pp. 1-23, 2021. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/epub/10.1080/1369183X.2021.1884538?needAccess=true> . Acesso em 07/11/2024.

LUEDERS, Hans. "When Democracy Brings Insecurity: The Political Legacies of Regime Change". *World Politics*, v. 76, n. 1, pp. 125-171, 2024.

LÜHRMANN, Anna; LINDBERG, Staffan. "A third wave of autocratization is here: what is new about it?" *Democratization*, v. 26, n. 7, pp. 1095-1113, 2019.

MCADAMS, James. "The New Logic in Soviet-GDR Relations". *Problems of Communism*, v. XXXVII, n. 5, pp. 47-60, 1988.

MAZZEO, Flavia et al. "Trends in Women's Educational Advantage and Divorce in East and West Germany". *Comparative Population Studies*, v. 49, pp. 317-336, 2024.





MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *A reunificação da Alemanha: Do ideal Socialista ao Socialismo Real*. São Paulo: Global Editora, 2001.

MOTA, Camilla. “De 'mãezinha' a maior líder da Europa: o legado de Angela Merkel, que deixa o poder na Alemanha após 4 mandatos”. *BBC Brasil*. São Paulo, 16.1.2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55580610>. Acesso em 07/11/2024.

PACHECO, Guadalupe. “La desaparición de la República Democrática Alemana. Contexto internacional y crisis interna, 1989-1990”. *Foro Internacional*, v. LV, n. 222, pp. 965-1017, 2015.

PFETSCH, Frank. “A Política Externa da Alemanha após a reunificação”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 1, pp. 178-192, 1997.

RUTLAND, Peter. “The Revolutions of 1989 Reconsidered”. *Current History*, April, pp. 147-152, 1999.

SCHMALZ, Stefan; SINGE, Ingo; HASENOHR, Anne. “Political discontent and labour in a post-growth region: A view from East Germany”. *Anthropological Theory*, February, pp. 248-261, 2021.

SCHOLZ, S. “The East German Man: ‘Brown Perpetrator of Violence,’ ‘Sensitive Father’? An Exploration of Media Discourses and Scholarly Studies”. In: BLUHM, Katharina; PICKHAN, Gertrud; STYPINSKA, Justyna; WIERZCHOLSKA, Agnieszka (orgs.). *Gender and Power in Eastern Europe. Societies and Political Orders in Transition*. Nova York: Springer, pp. 227-245, 2021.

SCHWEIGER, Christian. “Deutschland Einig Vaterland? East-West Cleavages in Germany Thirty Years After Reunification”. *German Politics and Society*, v. 37, n. 3, pp. 18-31, 2019.

SEERIG, Ana Paula. “O olhar de João Ubaldo Ribeiro sobre a unificação alemã: Uma leitura histórica da coletânea Um brasileiro em Berlim”. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2023a.

SEERIG, Ana Paula. “Divisão e unificação alemã através de olhos brasileiros: Ignácio de Loyola Brandão, João Antônio, Rubem Fonseca e João Ubaldo Ribeiro”. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 19, n. 34, pp. 280-298, 2023b.

SOO-HYUN, Mun. “Rückgabe vor Entschädigung: Property dispute after German Reunification”. *European Studies*, v. 22, pp. 143-150, 2023.

STEINMEIER, Frank-Walter. “Speech by Federal President Frank-Walter Steinmeier at the celebrations to mark the 30th anniversary of the Peaceful Revolution and the fall of the Berlin Wall. Berlin, 9 November 2019”. *Discurso*. Berlim, 9 nov. 2019. Disponível em:





https://www.bundespraesident.de/SharedDocs/Downloads/DE/Reden/2019/11/191109-Brandenburger-Tor-9-November-Englisch-2.pdf?__blob=publicationFile. Acesso em 07/11/2024.

STOKES, Gale. "Lessons of the East European Revolutions of 1989". *Problems of Communism*, v. XL, n. 5, pp. 17-22, 1991.

WALKER, David. "Germany: Confronting the Aftermath of Reunification". *Current History*, November, pp. 359-363, 1992.

WENNER, Fabian; THIERSTEIN, Alain. "Rail Accessibility in Germany: Changing Regional Disparities between 1990 and 2020". *Raumforschung Und Raumordnung: Spatial Research and Planning*, v. 79, n. 2, pp. 1-21.

ZELIKOW, Philip; RICE, Condoleezza. "The End of the Cold War and German Reunification". In: NATSIOS, Andrew S.; CARD, Andrew H. (orgs.). *Transforming Our World*, Nova York: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 57-80, 2021.

ZOCH, Gundula. "Thirty Years after the Fall of the Berlin Wall—Do East and West Germans Still Differ in Their Attitudes to Female Employment and the Division of Housework?" *European Sociological Review*, 0-0, pp. 1-20, 2021. Disponível em: <https://academic.oup.com/esr/advance-article/doi/10.1093/esr/jcab002/6154325>. Acesso em 07/11/2024.

